

Uma análise dos anúncios de leilões da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)

Gabriela de Melo¹

RESUMO

O presente artigo objetiva promover uma análise sobre os anúncios de leilões publicados no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* durante o período joanino (1808-1821). Visa-se entender aspectos socioculturais do Rio de Janeiro nesse contexto de mudanças e contradições promovidas pela permanência da Corte portuguesa e de suas elites na cidade. Em um contexto urbano e de acesso a itens completamente distintos do território europeu, que a Corte e esses grupos estavam habituados, entende-se que os leilões foram um mecanismo importante de abastecimento e barateamento de produtos desejados por eles, e pelos habitantes que já residiam na cidade, e seus anúncios permitem que tenhamos um panorama do que era vendido e desejado.

Palavras-chave: *Gazeta do Rio de Janeiro*; período joanino; leilões;

ABSTRACT

This article aims to analyze the auction advertisements published in the *Gazeta do Rio de Janeiro* newspaper during the Joanino period (1808-1821). The aim is to understand the sociocultural aspects of Rio de Janeiro in this context of changes and contradictions caused by the presence of the Portuguese Court and its elites in the city. In an urban context and with access to items completely different from those of the European territory, to which the Court and these groups were accustomed, it is understood that auctions were an important mechanism for supplying and reducing the prices of products desired by them and by the inhabitants who already lived in the city, and their advertisements allow us to have an overview of what was sold and desired.

Keywords: *Gazeta do Rio de Janeiro*; Johannine period; auctions;

¹ Graduada em História pela UERJ - Maracanã, atualmente é mestranda no PPGH da UERJ.

Introdução

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um periódico que circulou entre os anos de 1808 e 1822, portanto sua circulação compreendeu a totalidade do período joanino. Contava com edições duas vezes por semana, nas quartas e sábados, pelo preço de 80 réis e as versões extraordinárias, que saíam em qualquer dia, custavam o dobro desse valor. O periódico possuía um sistema de assinatura que permitia aos interessados receberem as edições por cerca de 6 meses pelo valor de 1\$900 réis. Já no ano de 1810, esse valor de assinatura subiu para 5\$000 réis, tal aumento no valor nos permite inferir que o periódico obteve sucesso relativamente rápido.

Entre os anos de 1808 e 1822, o periódico contou com três redatores distintos. O primeiro deles, foi o português frei Tibúrcio José da Rocha e para Maria Beatriz Nizza da Silva em *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade* (2007) existe uma dificuldade em precisar se ele começou a editar o jornal em 1808 ou em 1811, pois até a publicação do *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro* (1811), em que seu nome constava na função de redator da *Gazeta*, não foram identificadas fontes que atestem um possível período anterior na função de redator. Ele estudou Filosofia Racional e Moral no Colégio de São Pedro e depois História Natural, ambos os cursos oferecidos pela Universidade de Coimbra. Além disso, também era versado em inglês. Chegou ao Brasil durante os 30 anos de vida para ser Capelão da Artilharia e também integrou a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por muitos anos. Seu papel de redator da *Gazeta* chegou ao fim um ano após a morte de Rodrigo de Sousa Coutinho² e a ascensão ao cargo de João Vicente de Almeida de Melo e Castro³, na função de secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tendo sido “[...] afastado da função

² Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) foi um fidalgo português de grande importância. No ano de 1807, era um dos principais conselheiros do príncipe regente Dom João tendo sido o principal idealizador da transferência da Corte para o Brasil. Por aqui, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até sua morte.

³ João Vicente de Almeida de Melo e Castro (1756-1814) foi um fidalgo português que acompanhou a Corte na vinda para o Brasil. No país, foi nomeado para cargos de grande importância como secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1809-1814) e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1812-1814) até sua morte.

por desentendimento com o novo Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra [...]” (LARANGEIRA, 2011, p. 766).⁴

Após a saída do frei Tibúrcio, quem assumiu o cargo de redator da *Gazeta* foi o baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que cumpriu a função entre o período de 1813 a 1821, ocupando o cargo por mais tempo do que qualquer outro dos redatores. Manuel Guimarães estudou matemática na Academia Real dos Guardas-Marinha em Lisboa e após regressar ao Brasil, atuou como professor da disciplina na Academia Militar do Rio de Janeiro. Foi um letrado bastante ativo tendo traduzido diversos textos, escrito um compêndio e se aventurado pela poesia. Ele assumiu a *Gazeta* já tendo experiência como redator, pois em 1812 lançou um periódico chamado *O Patriota*⁵ e foi redator de ambos até o encerramento das atividades de sua própria criação em 1814. De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva sua saída da *Gazeta*, em 1821, ocorreu por ele ter pleiteado uma melhor remuneração pelos serviços prestados por tantos anos e isso lhe ter sido negado pelos membros da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

O português Francisco Vieira Goulart foi o último redator da *Gazeta* já no ano de 1821. Seu primeiro cargo no Rio de Janeiro foi o de diretor do Laboratório Químico Prático até se dedicar à carreira de redator. Antes de assumir o cargo na *Gazeta*, redigiu *O Bem da Ordem* e *O Constitucional*⁶ que estavam completamente alinhados na defesa do príncipe regente Dom João. O primeiro periódico, inclusive, teve sua impressão patrocinada pelo Erário Real. No seu curto tempo na *Gazeta*, se dedicou a transcrever os atos políticos e escreveu algumas opiniões sobre os eventos.

A experiência de estruturar uma *Gazeta* não era uma novidade para a sociedade luso-brasileira, porque o periódico do Rio de Janeiro foi extremamente influenciado pela *Gazeta de Lisboa* que existiu entre 1715 e 1820. Assim, temos seções parecidas

⁴ LARANGEIRA, Álvaro N. Arqueobiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: nas pegadas do frei Tibúrcio. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 765–781, 2011. DOI: 10.15448/1980-3729.2011.3.10381. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/10381>. Acesso em: 30 maio. 2024.

⁵ O periódico *O Patriota* (1813-1814) foi criado e editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e versava sobre questões relacionadas às ciências.

⁶ O periódico *O Constitucional* também foi criado e editado por Francisco Vieira Goulart.

entre os periódicos, tais quais as notícias marítimas e estrangeiras, anúncios e avisos. Nesta pesquisa, os espaços de anúncios e avisos ganham destaque, pois eram os locais em que o público poderia divulgar suas vendas, recados, leilões, ofertas de emprego e afins.

Na primeira edição do periódico as seções de anúncios ou avisos não estavam presentes, somente a partir da segunda edição a seção de *Annuncio* começou a ser incluída, mas sua presença foi perdendo espaço entre os anos de 1809 e 1810 quando foi substituída pela seção de *Avisos*. Entre 1808 e 1810 os anúncios de leilões eram publicados entre diferentes seções, sendo elas: anúncios, avisos, notícias e até mesmo uma seção nomeada de leilões, que existiu até 1809, mas que depois foi encerrada sem explicações do porquê. A partir de 1810, verifica-se que a seção de avisos prevaleceu sobre as outras e os leilões passaram a ser divulgados, majoritariamente, nessa área.

2. Desenvolvimento

2.1 Os leilões

No Brasil, os leilões são definidos pelo art. 22 inciso 5 da lei 8.666/94⁷ e podem ser entendidos como:

[...] a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação (BRASIL, p. 1993).

Como a própria lei indica, os leilões podem ser realizados pelo Estado quando existe a possibilidade de se vender algum item adquirido, por exemplo, em casos de apreensões policiais, dívidas com a União e outros, e também por comerciantes, desde que tenham a permissão para tal atividade, vendendo itens diversos. É possível

⁷ BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm.

identificar a historicidade dessa modalidade comercial desde o período joanino através dos anúncios publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

De acordo com a classificação de Maria Beatriz Nizza da Silva, em obra já citada, os leilões da época poderiam ser separados em duas categorias: judiciais e comerciais (2007, p. 64). Os leilões judiciais eram organizados pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação que era constituída por membros do conselho deliberativo, ministros adjuntos e ofícios do tribunal. Tais leilões foram realizados, no geral, em decorrência da falência dos negociantes, os objetos e propriedades dessas pessoas eram colocados à venda para que as dívidas pudessem ser pagas. Após o parecer do Juiz dos Falidos (ministro adjunto), confirmada a falência, o procedimento poderia ser realizado. Além disso, outros membros do judiciário, como desembargadores ou intendentes, podiam decretar que embarcações, imóveis, objetos e outros itens fossem postos a leilão por motivos como ausência do indivíduo, falência e outros. O Banco do Brasil, criado em 12 de outubro de 1808, à luz das mudanças promovidas pela chegada da família real, também realizava leilões, majoritariamente, de imóveis, atividade essa que continua realizando hoje em dia. Os anúncios publicados pelo banco não apresentam a razão para sua realização, porém, pode-se presumir que as dívidas deveriam ser a principal motivação para tal atividade.

Já os leilões comerciais eram realizados por motivos diversos: retorno ao país de origem, por exemplo, o caso de José Teixeira de Lira⁸; dificuldades financeiras; desejo de lucrar com produtos e outros. Portanto, a quantidade de anúncios de leilões do gênero era maior do que em relação aos judiciais, porque entende-se que essa prática era entendida como uma atividade comercial. Essas transações foram realizadas por indivíduos com motivações particulares ou por negociantes com experiências em outras áreas que viram nos leilões uma oportunidade financeira. É difícil determinar o quanto esses últimos ganhavam de porcentagem para cada leilão, sendo somente possível ter uma ideia a partir de um anúncio de 1817, publicado pelo negociante Marcos Archer, que afirma quanto ganharia de comissão pelo serviço “[...] para vender em leilão na porta da Alfândega escravos, embarcações, casas térreas, móveis, etc. com 2% de comissão de venda” (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 14, 15 de fevereiro de 1817).

⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 17, 9 de novembro de 1808.

2.2 Sobre os anúncios de leilões

Esses anúncios eram bastante objetivos e seguem uma espécie de padrão, à medida que algumas informações - tais quais os produtos a serem leiloados, os locais de realização dos leilões e os horários - eram vitais para que as pessoas pudessem de fato frequentar os pregões. Muito embora esse padrão esteja presente, alguns dos anúncios encontrados fugiram dessa estrutura básica e não constam esclarecimentos importantes, é possível supor alguns motivos para isso: falha do emissor, de quem publicou, uma espécie de conhecimento geral do local etc. É digno de nota que essas características dos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* tiveram continuidade, mesmo com o encerramento do periódico, pois um olhar nos anúncios de leilões do *Diário do Rio de Janeiro*⁹, em 1821, demonstra a presença das mesmas estruturas básicas com os adicionais de que lá existia uma seção própria para essa atividade nomeada de “Leilão” e também maior destaque para as condições de compra e venda:

CON

No dia Sábado 7 do corrente, se faz leilão na rua Direita defronte do Arsenal na casa n.º 68, de um grande sortimento de trastes em bom uso que se vendem infalivelmente por todo o preço (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, n.º 5, 6 de julho de 1821).

Em relação a quais eram os produtos divulgados na *Gazeta*, alguns anúncios apresentavam essas informações, já outros afirmavam que elas só seriam reveladas durante o próprio leilão, logo o comprador poderia chegar no pregão e ser completamente surpreendido pelos itens. Por outro lado, o periódico também promoveu leilões que apontavam que os interessados poderiam checar os inventários previamente, assim o anúncio em questão pontuava esse aspecto adicionando o local, dia e horário em que os produtos estariam disponíveis para prévia observação.

Outro aspecto desses leilões era o fato de que poderiam ocorrer em múltiplos horários. Ainda que os anúncios apontem que fosse mais comum ocorrerem no turno da manhã (entre às 9:00 e 10:00 horas), existem anúncios demonstrando que eles também aconteciam à tarde (às 14:00, por exemplo). Não foram encontrados anúncios de leilões

⁹O *Diário do Rio de Janeiro* (1 de junho de 1821 - 31 de outubro de 1878) foi um periódico criado por Zefferino Vito de Meirelles no Rio de Janeiro e que era impresso em uma tipografia de mesmo nome. Suas páginas eram compostas de anúncios, notícias reais, cotidiano da cidade e afins.

no período noturno, sendo importante lembrar que a iluminação da cidade era precária, logo seria muito complicado que as transações fossem realizadas à noite. É preciso apontar que muitos desses anúncios não constavam o horário de encerramento de realização dos leilões, por isso trabalha-se com a ideia de que leilões assim funcionavam por um período mais longo de tempo.

Nos anos iniciais, destaca-se a grande quantidade de anúncios que continham avisos de avaria na descrição. Se levarmos em conta apenas os anos de 1809 e 1810 da *Gazeta*, podemos chegar à conclusão de que a maior parte dos produtos postos em leilão eram de mercadorias danificadas, com raríssimas exceções em que não apareciam esse aviso de avaria. A propagação de tantos anúncios promovendo a venda de mercadorias danificadas chamou a atenção das autoridades no Rio de Janeiro ao ponto de terem utilizado a grande circulação do periódico para estabelecerem regras:

Por ordem superior se faz saber ao público por meio deste periódico que não se admitem nele anúncios de venda de gêneros avariados sem que primeiro o proprietário deles recorra ao físico-mor do Estado do Brasil para este lhe conceder a licença, a fim de se fazer pública a venda, e só à vista da sobredita licença, se farão anunciar os gêneros que se pretendem (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 92, 1811).

Posteriormente, anúncios que continham avisos de avarias se tornaram raros, ou seja, a ideia de que somente objetos avariados eram postos em leilões é incorreta. Dificilmente essa falta de avisos poderia ser uma enganação, já que a palavra era muito importante naquele momento, existindo anúncios apontando justamente que determinada casa de leilão não vendia produtos avariados, por isso esse aspecto de qualidade tornou-se uma preocupação política e comercial importante dessa atividade.

É importante apontar que alguns dos anúncios se repetiam por edições, ou seja, a pessoa utilizou a *Gazeta do Rio de Janeiro* mais de uma vez para divulgar o mesmo evento. Além disso, algumas dessas repetições constavam ratificações necessárias como corrigir a data do evento, adicionar horário, endereço e afins. Essas correções nos permitem inferir que os leilões eram lucrativos o suficiente para que fosse vantajoso gastar verba com essas correções, para que ficassem claras as informações que os possíveis interessados deveriam ter.

Acerca dos locais desses leilões, a região da Alfândega e adjacências se destaca. Brasil Gerson indica sobre a área em *Histórias das Ruas do Rio* (2005) que “[...] após a abertura dos portos, vieram também alguns leiloeiros, líderes desse comércio na cidade [...] um dos primeiros destes J.J. Doddsworth, tinha nela sua casa [...]” (GERSON, 2005, p. 61). A citação do autor pode ser verificada pela grande recorrência de anúncios que promoviam essa região da Alfândega como o local de realização desses leilões.

É curioso que alguns desses anúncios não constavam o local de realização do leilão e nenhuma retificação foi encontrada em edições posteriores, portanto, trabalha-se com duas possibilidades que possam explicar essa questão. Em primeiro lugar, poderiam ser realmente erros e seus emissores não buscaram uma correção futura. Para além disso, talvez pudesse existir uma espécie de conhecimento comum e compartilhado pelas pessoas de que os anúncios de leilões, sem essas informações de endereços, seriam realizados na Alfândega. Alguns fatores corroboram essa segunda hipótese, podendo-se destacar a própria recorrência de leilões que era divulgada na *Gazeta* para esse local e retomando o *Diário do Rio de Janeiro* no ano de 1821 também identificamos a recorrência de leilões na Alfândega:

No dia Terça-feira, 17 de julho, na porta da Alfândega, se fará leilão de 4 caixões de espadas próprias para a Costa Leste, e de 1 caixão de espadas de uniforme (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, n.º 12, 14 de julho de 1821).

Essa região era a porta de entrada do Rio de Janeiro, logo um local conhecido de vendedores e compradores, além de ser de fácil acesso, assim compreende-se a importância da região para as realizações dos leilões. Outros lugares como a Candelária, a rua Direita, a rua dos Pescadores e a rua do Ouvidor também eram importantes centros de realizações desses eventos por estarem localizados no centro da cidade e adjacentes à Alfândega.

A Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808) foi vital para que os produtos estrangeiros, além dos portugueses, entrassem por meio dos portos no Brasil e atendessem às necessidades e desejos tanto dos moradores aqui nascidos ou que viviam há muitos anos no Brasil, quanto dos novos moradores que formavam a Corte joanina e seus associados. Nos anúncios de leilões muitos se preocuparam em apontar as origens desses itens e assim temos que Inglaterra e França se destacavam como os principais países exportadores de itens para o Brasil. Ao analisar esse período Otávio Tarquínio de

Souza em *História dos Fundadores do Império: volume IV* (2015) se referiu a um verdadeiro processo de europeização da capital do Brasil, portanto, muito da moda, da cultura e das ideias presentes na cidade eram inspiradas por esses países (2015, p. 37). A Inglaterra dominava amplamente o comércio com o Brasil, Tratados como o de Comércio e Navegação (1810) favoreceram extremamente os comerciantes ingleses que pagavam uma taxa menor (15%) do que os próprios portugueses (16%). Além de dominarem a produção, também controlavam os transportes desses itens sendo comum, principalmente entre os anos de 1808 e 1811, que navios e capitães ingleses fossem citados como os responsáveis por trazerem esses itens.

Em relação à França, ocorreram mudanças nessas relações comerciais durante o período joanino, inicialmente, em decorrência da recusa de Dom João em aderir ao Bloqueio Continental (1806) por causa dos fortes laços e dívidas com a Inglaterra. As posteriores invasões napoleônicas no território português (1807, 1809 e 1810) impossibilitaram o comércio com o país até a derrota de Bonaparte em 1815. Depois disso, os produtos franceses invadiram o mercado no Rio de Janeiro e foram grandes concorrentes das mercadorias inglesas, principalmente, porque o estilo francês era famoso e desejado por ser considerado mais refinado.

É possível perceber o impacto da ocupação napoleônica em Portugal e o bloqueio comercial entre o país e o Brasil, a partir da pequena quantidade encontrada de anúncios que indicava uma origem portuguesa. Alguns dos produtos divulgados deveriam ter essa origem, devido ao longevo pacto colonial, mas não tinham sua origem citada por estarem há longo anos no país, porém percebe-se que esse aspecto não era visto como um possível atrativo de venda se compararmos com a quantidade de anúncios que descreviam as origens inglesas ou francesas.

Também é digno de nota a quantidade razoável de anúncios de produtos de origem asiática como os provenientes da Índia e da China, para além das tradicionais louças. Há um anúncio muito interessante sobre a venda dos produtos do navio Ulysses:

Sexta-feira, 22 do corrente, pelas 10 horas da manhã se hão [sic] de vender em leilão público várias fazendas da Índia, e China nas casas da residência dos Sobrecargas do navio Ulysses na rua da Candelária, n.º 6 (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 49, 20 de junho de 1810).

Além disso, produtos com identificação de origem nacional (Pernambuco e São Paulo) também foram postos a leilão. Destaca-se a grande quantidade de anúncios com produtos que não possuíam origem declarada, assim trabalhamos com duas hipóteses: estes produtos estarem no Brasil há muito tempo e/ou porque os leilões reuniam demasiados produtos para venda, o que dificultava uma descrição perfeita de cada item.

2.3 Os produtos mais citados

O presente tópico procura apresentar e refletir sobre os tipos de produtos mais citados nos anúncios de leilões encontrados. É essencial pontuar que estes promoviam as vendas de itens completamente distintos, por isso é uma tarefa bastante complexa listar cada objeto individualmente, optando-se por analisar os produtos mais recorrentes e produzindo generalizações, como no caso dos itens de moda ao invés de refletirmos individualmente sobre cada tipo de acessório e vestimenta.

A) Trastes e Fazendas.

À luz da Missão Artística francesa, Debret representou por meio da pintura uma cena cotidiana de uma senhora em sua sala com um familiar, escravizados (as) e seus filhos. Ainda que seja do ano de 1823, ou seja, fora de nosso recorte joanino, a pintura nos permite ter uma noção dos objetos daquele espaço:



Jean-Baptiste Debret. Uma Senhora Brasileira em seu Lar (1823). Litografia aquarelada à mão 16,00 x 22,00 cm. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834 - 1839.¹⁰

Na pintura é possível notar a presença de cadeiras, tapetes, um cesto, vestimentas, itens de costura, tecidos e afins. Todos esses itens poderiam ser leiloados sob as alcunhas de trastes e fazenda, assim temos uma vastidão de anúncios nesse sentido. Por causa das semelhanças de suas significações decidiu-se por juntar ambas as análises neste tópico, embora as fazendas sejam retomadas em tópico posterior. Portanto, para tratarmos desses produtos é necessário primeiro fazermos alguns apontamentos em relação às definições dessas duas categorias. De acordo com o *Dicionário de Antônio de Moraes Silva* podem significar:

um traste pode ser entendido como corda de viola, ou arame, no braço da viola, ou citara que o atravessa a espaços, e sobre a qual o tocador comprime a corda do instrumento, para tirar sons mais ou menos fortes em razão da longura, ou curteza da corda que fere; uma corda para viola, ou rebica; Trastes, peças de uso, e serviço v.g. bancas, cadeiras, camas, espadas, joias, &c. (MORAIS, 1789, p. 485).

fazenda: antiq. no Nobiliar; peleja, duelo; Bens v. g.; Bens que andam em Comercio; Letras fazenda v. letra; no Brasil terras de laboura, ou de gado (MORAIS, 1789, p. 602).

Também para o *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII* organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Maria Tereza Biderman essas palavras são polissêmicas e servem para identificar uma série de coisas:

traste s.m. Utensílio; peça de uso e serviço; Parte ou pedaço das vestes; Indivíduo patife, velhaco.

fazenda s.f.: Propriedade rural, de laboura ou criação de gado; Bens, haveres; O tesouro público; de Mercadorias ou gêneros destinados à venda; Pano, tecido; Finanças; dinheiro (Dicionário online).

Descartando as significações que não fazem sentido dentro do escopo da pesquisa, como pelejas ou patifes, sobram ainda muitas possibilidades interpretativas para determinadas publicações que promovem a venda de trastes e fazendas sem que as peças sejam devidamente identificadas:

¹⁰ *Uma Senhora Brasileira em seu Lar*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra62092/uma-senhora-brasileira-em-seu-lar>. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Quinta-feira 3 de novembro às 10 horas da manhã Guilherme Lennox, a de vender em leilão na rua do Ouvidor n.º 48 um grande sortimento de trastes, e oleados de todas as qualidades muito ricos e do último gosto, vindos proximamente da América Inglesa, na escuna Calypso, quem quiser podevê-los todos os dias antes da venda (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 87, 1 de novembro de 1815).

Nesse anúncio de 1815, os trastes podem ser, por exemplo, cordas de viola, joias, itens de vestir etc. Em decorrência disso, para esse estudo priorizaram-se os anúncios que pudessem ser facilmente identificados por suas descrições conterem outros objetos que facilitem a associação com uma ou mais definições. Então, ainda que exista a possibilidade de que “trastes” e “fazendas” possam se enquadrar na análise sobre vestimentas ou instrumentos musicais, o maior escopo de anúncios encontrados se encaixa nessas duas categorias juntamente com produtos associados à casa como móveis, louças e outros itens decorativos.

Esses itens variavam entre necessidade, utilidade e luxo, o que representava alguns dos valores das elites no período joanino:

Quinta-feira 4 de setembro a de vender, em leilão público, Guilherme Lennox, em casa de May Lukin, n.º 49 rua do Ouvidor, às 10 horas de manhã de um grande sortimento de trastes franceses muito ricos e de último gosto - camas, sofás, cômodas, cadeiras, espelhos, pianos, mesas de costura para senhoras, vidros lapidados, secretarias, e outros diversos trastes (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 70, 30 de agosto de 1817).

Como já destacado, muitos dos anúncios encontrados pontuam uma origem francesa ou inglesa para os itens. Em relação a objetos de luxo, por exemplo, Leila Mezan Algranti em estudo sobre as peças de prata utilizadas na mesa de Dom João, destaca que

[...] vários desses objetos foram possivelmente fabricados na França e na Inglaterra, uma vez que os prateiros portugueses nem sempre eram considerados, na época, suficientemente habilidosos para agradar o sofisticado gosto da alta nobreza portuguesa [...]” (ALGRANTI, 2017, p. 16).

Logo, é de se imaginar que os itens desses países eram bastante valorizados. Outro fator que colaborava para a busca internacional era a falta de manufaturados nacionais, pois as indústrias insipientes atrapalhavam esse abastecimento:

Quinta-feira 20 do corrente, pelas 10 horas da manhã se a de fazer leilão na rua do Ouvidor n.º 40, dos objetos pertencentes aos herdeiros de M. Hunt, a saber - instrumentos de lavoura, uma carroça, cadeiras e instrumentos de marceneiro, cadeiras e instrumentos de cozinha, roupa de corpo e de mesa,

papel para forrar salas, papel para escrever, penas, obreias [sic], lacre; e muitas outras fazendas francesas (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 93, 19 de novembro de 1817).

Como abordado na abertura deste tópico, principalmente o anúncio acima de 1817, e os anteriores, nos permitem ter uma ideia clara do grande campo de possibilidades comerciais representado por um leilão de trastes ou fazendas. Esse campo de análise, permite aos pesquisadores um panorama dos objetos, ferramentas, utensílios e itens que faziam parte do universo joanino.

B) Fazendas, vestimentas e acessórios

A análise desses anúncios demonstrou uma grande quantidade de itens associados à moda (vestuários, chapéus, tecidos e afins) que foram postos a leilão. Esses trajes e indumentárias utilizados na Corte correspondiam

[...] para os homens na utilização das sobreditas fardas e, para as mulheres, os vestidos de corte implicavam em indumentárias de festa, mais brilhantes e decotados, na utilização de joias e numa espécie de cauda costurada na parte traseira do vestido (BORGES, 2009, p.47).

O grande interesse de parte dos moradores da cidade por essas peças foi percebido pelos negociantes como um importante meio para a obtenção de lucros. A historiografia aponta que os habitantes do Brasil naquele período buscavam na Europa as tendências de estilo e vestimentas. A rua do Ouvidor, uma das principais do Reino, era dominada por diversas lojas de vestidos e salões comandados por franceses. No relato de Victor Jacquemont é possível visualizar esse domínio na região que “[...] está apinhada de modistas, alfaiates e penteadores de Paris” (JACQUEMONT apud GERSON, 2015, p. 49). Camila Borges na dissertação *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)* (2009) também destaca a importância dos estilos franceses e ingleses para a Corte portuguesa, pontuando que a abertura dos portos permitiu que essas pessoas continuassem tendo acesso a esses itens mesmo estando distantes do velho continente.

O primeiro anúncio de leilão de moda encontrado se relaciona justamente com esse tópico de produtos ingleses. Nele foram colocados à venda fazendas avariadas: vestidos de senhoras e fustões já no ano de 1808

Quarta feira 19 de outubro nos Armazéns d’Alfândega se fará Leilão público a benefício daqueles a quem pertencer, a requerimento de Mrs. Freese e C. das seguintes Fazendas avariadas vindas no Navio Elizabeth, Capitão Appleton.

1 Caixa contendo: 64 peças de Fustões¹¹ acolchoados e 50 ditas de Vestidos de Senhora. (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 10, 15 de outubro de 1808.)

É digno de destaque que graças a esse anúncio é possível perceber que para além do vestuário pronto, também eram postos em leilões tecidos para a confecção de roupas. Um fustão é um tecido com fios mais grossos que pode ser de lã, linho ou algodão e ter vindo em um navio inglês, o que não era uma aleatoriedade. Esse tecido foi muito usado por trabalhadores ingleses entre meados do século XVIII e século XIX, sendo inclusive muito representativo no movimento cartista (1830) por meio dos jalecos e jaquetas de fustão. O historiador Paul Pickering apontou que a utilização desse material era “[...] uma declaração de classe sem palavras” (1986, [s. p.]).

As fazendas ganham novo destaque nesse tópico, porque se concorda com a afirmação de que “O comércio de tecidos e de artigos de moda existia de fato, mas, nesse período, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, noticiava apenas leilões de fazendas [...]” (BORGES, 2009, p.51), portanto, é fundamental retomar a importância das fazendas justamente para o abastecimento indumentário da cidade. Os anúncios relacionados às fazendas destacavam que os tecidos eram de lã, linho e algodão:

Quinta-feira 5 de janeiro Turner Neylor e Companhia hão [sic] de vender em leilão público no Armazém de leilões da Alfândega várias fazendas de lã e linho com avaria por conta de quem pertencer. (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 32, 31 de dezembro de 1808).

Nesses anos iniciais, os navios ingleses abasteciam o porto da cidade com tecidos de algodão, lã, lenços e outros. Além desses, a chita foi outro tecido que se destacou pela grande quantidade de anúncios publicados e esse correspondia a um pano estampado tingido que variava entre muitas cores com origem na Índia. Foi encontrada no período das Grandes Navegações por Vasco da Gama e se tornou muito popular na Europa a partir do século XVI

¹¹ De acordo com o Dicionário Histórico de Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII um fustão pode ser entendido como um “Tecido de linho, seda, lã ou algodão tecido em cordão”

Leilão que fazem Schmidtmeyer e Companhia por conta de quem pertencer sábado 21 do corrente mês de janeiro pelas 11 horas da manhã, de 7 caixas de chitas, 5 caixas de lenços de diferentes qualidades, 1 caixa de cassas [sic] pintadas e 1 de acolchoados, tudo avariado, vindo de Londres no navio Ben Lomond, achando-se tudo isso no armazém dos Leilões na Alfândega (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 21, 17 de janeiro de 1809).

Segundo Lopes e Menz, esses “[...] ‘panos da Índia’ estavam entre os diversos têxteis que abasteciam o comércio atlântico, os quais até, pelo menos, meados do século XVIII, superavam em qualidade os tecidos produzidos na Europa” (2019, p. 11). Assim, podemos ter a dimensão de que o item foi bastante procurado no reino por já ser conhecido e popular entre os europeus. Além disso, as chitas já eram conhecidas pelos nascidos no Brasil, já que por muitos anos Portugal vendeu a sua colônia esse tipo de tecido. Inclusive o alvará de 5 de janeiro de 1785 de Dona Maria I, então rainha do império português, proibiu a produção de manufaturas de tecidos no Brasil, o que incluiu as chitas, portanto, esse foi um dos materiais que esteve diretamente ligado ao comércio colonial.

Uma gravura do pintor alemão Johann Moritz Rugendas¹² no álbum de pinturas *Viagem Pitoresca Através do Brasil* (1835) apresenta outro viés de utilização das chitas. O alemão esteve no Brasil entre 1822 e 1825 passando por Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Nessa imagem em destaque, temos uma mulher negra utilizando uma saia de chita:



¹² Johann Moritz Rugendas (29 de março de 1802-29 de maio de 1858) foi um pintor e desenhista alemão que veio ao Brasil no ano de 1822 e que publicou a obra *Viagem Pitoresca Através do Brasil* (1835) sobre as imagens que criou no país representando a sociedade e o cotidiano.



O Brasil de Rugendas, 1980. Negrinho e Negrinha da Bahia, 2ª div- pl. 8

Especialistas na história do tecido, como Emanuela Francisca Silva, Ivana Guilherme Simili e Priscila Barbeiro, destacam que no decorrer do século XIX esse tipo de tecido passou a ser utilizadas por escravizados e, principalmente, escravizadas, por esse motivo ganhou apelidos “[...] ao longo do tempo de “tecido dos desvalidos”, “tecido de qualidade inferior” ou “tecido barato”, significados estes [...] que foram os responsáveis por situá-la como “popular” (SILVA, 2010, p. 104). Logo, podemos perceber que esse tecido não foi de utilização única e exclusiva por parte da população branca.

Ainda que já existissem festividades realizadas pelos antigos moradores da cidade, é inegável que a chegada da Corte ao país promoveu uma maior sociabilidade através da realização de bailes, casamentos reais, comemorações públicas e toda uma gama de eventos que exigiam dos moradores da cidade suas melhores aparências, por isso multiplicaram-se anúncios promovendo leilões de chapéus, xales, lenços, relógios e afins:

Segunda-feira 31 do correntes mês de outubro pelas 10 horas da manhã João Fielding nas casas de Manoel José Ribeiro na rua da Candelária ao pé da rua detrás do Hospício há de vender em leilão público várias fazendas inglesas, a saber: panos finos e ordinários, ditos de Irlanda, drogues, chapéus de seda,

relógios, chales de algodão e seda, ferragens, enfeites de senhora, óculos, botas, calças, riscadinhos, lenços para tabaco, com várias outras coisas. Os dias de leilão são todas as segundas, quartas e sextas-feiras pelas 10 horas da manhã (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 14, 29 de outubro de 1808).

A partir dessa análise nos é permitido formular três pontos em relação aos leilões de produtos de moda. Em primeiro lugar, muitos dos itens que eram postos nos pregões já estavam finalizados, ou seja, eram destinados à pronta utilização e poderiam abastecer diretamente os armários de seus compradores. Em segundo lugar, também existia um interesse pela compra de tecidos e botões, vide a gama de leilões que colocavam a venda esses itens, logo os leilões também se apresentavam enquanto uma possibilidade de abastecimento para lojistas, costureiras e afins. Por fim, os leilões desses objetos podem indicar que também foram um meio de barateamento de acessórios e vestimentas, à medida em que existem anúncios que promovem a venda de panos, como as chitas, que foram associados não só às elites brancas, como também a trabalhadores, escravizados e libertos.

C) Livros

A vinda da Corte para o Brasil foi essencial para a promoção da educação e da leitura. Como já dito, o Rio de Janeiro era uma cidade com condições incipientes, portanto, acreditava-se que era primordial desenvolver as ciências de comércio e econômicas, além da formação intelectual de uma pequena parte de moradores da região, os ricos. Nos séculos anteriores, o ensino era dominado pelos grupos religiosos, principalmente pelos jesuítas, até que Marquês de Pombal realizou uma série de reformas nos âmbitos administrativos, burocráticos, econômicos e educacionais.

As reformas pombalinas no âmbito educacional afastaram a Companhia de Jesus do domínio do ensino na metrópole e na colônia, à medida que “[...] os jesuítas representavam um obstáculo e uma fonte de resistência às tentativas de implantação da nova filosofia iluminista que se difundia rapidamente por toda a Europa” (MACIEL E NETO, 2006, p. 469). Por isso, o ensino foi laicizado, ampliado e modernizado. De

acordo com Lizete Maciel e Alexandre Shigunov Neto¹³ as principais transformações estabelecidas pelo decreto Alvará de 28 de junho de 1759 correspondem a

[...] total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de ‘diretor de estudos’ - pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio (2006, p. 470).

Ainda que o Alvará de 10 de novembro de 1772 tenha estabelecido o Subsídio literário, ou seja, um imposto sobre aguardente, vinho e vinagre em todos os territórios portugueses para financiar as reformas educacionais, principalmente o pagamento de mestre-professores, os objetivos de Pombal não foram plenamente alcançados. Francisco José Calazans Falcon destaca 5 fatores que atrapalharam o processo

- a) recrutamento de quadros docentes - a escassez de candidatos laicos [...]
- b) as delongas e complicações burocráticas [...]
- c) a escassez crônica de meios [...]
- d) a imposição de novos métodos de ensino/aprendizagem, por decreto, entrou em choque com velhos hábitos e atitudes docentes e discentes; [...]
- e) os lugares mais distantes dos principais centros urbanos, as zonas rurais sobretudo, ficaram mais ou menos marginalizadas tanto em termos de professores como de livros [...] (FALCON, 1992, pp. 21-22)

Devido a esses problemas, a educação no Brasil acabou sendo enfraquecida ao invés de fortalecida pelas ideias iluministas, como pensado e desejado por Pombal. O período de 1759 a 1808, por conseguinte, é considerado “[...] um largo hiatus que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial” (MACIEL e NETO, 2006, p. 61). Esse hiato ocorre até 1808, pois com a chegada da Corte e sua instalação no Rio de Janeiro se tornou necessário que a educação servisse para a criação e formação de uma sociedade letrada¹⁴.

¹³ MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A.. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 3, p. 465–476, set. 2006.

¹⁴ Para saber mais sobre a tentativa de formar uma sociedade letrada ver PEREIRA DAS NEVES, Lucia Maria Bastos. LER, CONTAR E ESCREVER: EDUCAÇÃO E LIVROS NO RIO DE JANEIRO JOANINO (1808-1821). História: Questões & Debates, [S.I.], v. 60, n. 1, out. 2014. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/38284>.

A tentativa de desenvolvimento promovida por Dom João culminou na abertura de uma série de instituições superiores no país. Para citar algumas temos a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808); Academia Real de Guardas-Marinha (1808); Academia Real Militar (1811); Curso de Agricultura (1814); Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816). Luiz Antonio Cunha em *A Universidade Temporânea: o ensino superior, da Colônia a Era Vargas* (1980) destaca que o principal objetivo dessas instituições no período joanino era “Formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais” (1980, p. 67). Além disso, essas instituições demandavam livros, portanto, a escrita, a tradução e o comércio precisaram ser desenvolvidos, mesmo que de maneira incipiente. Nesse sentido, um anúncio de venda propõe a comercialização de livros em branco para serem preenchidos:

Na loja da Gazeta se acha um sortimento de livros em branco de qualquer tamanho, próprios para o comércio, que se vendem avulsos por preços muito cômodos. Assim como uma partida de papelão que se vende, quer em maço, quer em folha (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 85, 23 de outubro de 1811).

De acordo com Lucia Bastos Pereira das Neves, o período Joanino teve um importante aparato de desembarque, comércio e divulgação de livros com “[...] funções diversas, mas, sobretudo, as de educar e formar elites políticas, profissionais e intelectuais” (NEVES, 2014, p. 176). Muitos dos anúncios publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* em relação aos livros são de obras políticas internacionais, além disso, livros sobre medicina, ciências e outros também circulavam, como no seguinte anúncio de venda

Na loja da Gazeta se acha a moderníssima obra o *Guarda Livros* moderno, ou curso completo de *Instruções elementares sobre as operações de Comércio*, tanto em *Mercadoria*, como em *Banco*, contendo o método de escriturar livros por partidas dobradas, conforme o estilo dos principais escritórios mercantis da Europa, 1 volume por 6.400 réis (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 30, 13 de abril de 1816).

Esse movimento de comércio carrega consigo uma historicidade que pode ser rastreada também pela via dos leilões. O primeiro anúncio encontrado em referência a um leilão de livros data do ano de 1812. Alguns livros não identificados foram colocados para a venda em leilão juntamente com uma série de outros produtos, como móveis e louças da Índia. Partindo desse anúncio, existem outros com o mesmo tipo de

abordagem promovendo leilões de livros não identificados com outros objetos. Márcia Abreu destaca que o comércio de livros com outros itens era prática corrente no Rio de Janeiro (2009, p. 8), por isso não é de causar estranhamento que os leilões seguiam essa mesma lógica:

No dia terça-feira 28 do Corrente, e mais dias sucessivos se há de fazer Leilão público sem reserva, na rua dos Pescadores nº11 dos móveis, louças da Índia, vidros, guarnições, livros, etc. que se achavam na chácara do Botafogo pertencentes ao cavalheiro Diogo Gambier. Cujos móveis etc. serão patentes nos dias 24, 25 e 27 do corrente para quem os quiser ver, e examinar. Os senhores compradores serão obrigados a pagar logo 25.600 e o resto no ato do recebimento (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 33, 22 de abril de 1812).

Durante a realização desse trabalho foi identificado apenas um único anúncio de leilão que promovia exclusivamente a venda de livros e folhetos foi identificado:

Na casa de José Balbino Barboza de Araujo, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, na rua do Lavradio, há de se vender em leilão uma coleção de livros de leis, clássicos portugueses, ingleses e franceses, e muitos folhetos; o leilão há de ser às quatro da tarde dos dias 22 de maio e seguintes (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 40, 17 de maio de 1817).

Esse anúncio de 1817 se diferencia do anterior de 1812 não só pela especificidade de seus itens, mas também por ser um pouco mais detalhista em relação às tipologias dos livros. Enquanto o de 1812 só abordou a venda de livros, o de 1817 pontuou quais as temáticas desses livros, mesmo que ambos não explicitem quais os nomes das obras e suas autorias. Ainda é digno de destaque que os folhetos não receberam nenhum tipo de característica, além do fato de serem muitos, permitindo supor que o anunciante não quis especificar ou porque o anúncio foi fruto de censura prévia por conter folhetos polêmicos.

D) Instrumentos musicais

A casa de Bragança possuía fortes ligações com a musicalidade, por conseguinte um pequeno contexto sobre os interesses musicais da casa real é importante. Ayres de Andrade destaca que “Nenhum Bragança era totalmente desguarnecido de sentimento musical. Nos rebentos desse tronco o gosto pela música constituía um traço hereditário [...]” (ANDRADE, 1967, p. 2.) ainda que atribuir a música como um traço genético

tenha sido uma metáfora exagerada, Dom João V¹⁵ foi grande incentivador da música favorecendo a arte sacra e as óperas. Dom José I¹⁶, sucessor de João V, fortaleceu as óperas como o principal gênero musical do país, investindo na construção da Ópera do Tejo ou Real Casa da Ópera. Fortemente católica, Dona Maria I¹⁷ priorizou os investimentos na arte sacra, sem que as óperas fossem descartadas.

Partindo para o príncipe regente Dom João e o período joanino, Flavia Maria Cruvinel afirma que “a música foi um dos elementos propulsores de um projeto civilizatório [...] tornando-se uma das tónicas que guiaram os investimentos para a melhor ambientação da corte no Rio de Janeiro” (CRUVINEL, 2018, p. 154) e para corroborar tal hipótese destaca a forte presença da música nas cerimônias, festas, bailes e afins. A chegada da Corte ao Brasil, além de influenciar a moda, também promoveu essa cultura erudita. Ainda em 1808, o príncipe regente Dom João alocou a Capela Real na Igreja do Carmo que, para além de um espaço de culto, foi um local de propagação da música sacra. Vasco Mariz em *A Música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI* destaca que em Portugal esse tipo de manifestação artística ainda era extremamente prestigiado, portanto não é de se estranhar que o príncipe tenha tentado fortalecer-la no Rio de Janeiro.

A Capela Real contava com o Mestre de Capela, os organistas, os cantores e os músicos (ANDRADE, 1967, p. 23) que segundo o Estatuto da Capela Real deveriam estar disponíveis para todas as cantorias determinadas previamente pelo calendário religioso ou em datas especiais como nascimentos e falecimentos. É digno de nota que entre os anos de 1808 e 1821, o mestre de Capela foi José Maurício Nunes Garcia. Nascido no Rio de Janeiro em 1792, era pobre e mulato, tendo se tornado padre, professor de música e mestre de capela da Sé. Guilherme Pereira e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves apontam que ele “[...] foi descoberto por D. João, em 1808, que

¹⁵ Dom João V (1689-1750) foi rei de Portugal e dos territórios ultramarinos por 43 anos, objetivou colocar Portugal como uma das principais potências da Europa. Para tal, entrou em conflitos armados e enviou embaixadas para outras cortes.

¹⁶ Dom José I (1714-1777) foi rei de Portugal e dos territórios ultramarinos por 27 anos, era o 3º filho de Dom João V. Seu reinado procurou modernizar Portugal, nele ocorreram as reformas pombalinas.

¹⁷ Dona Maria I (1734-1816) foi rainha de Portugal, dos territórios ultramarinos e do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por ser considerada mentalmente instável, a partir de 1792 seu filho passou a ser seu regente.

imediatamente o nomeou para o mesmo cargo e o de organista na Capela Real, com ordenado de 600 mil réis anuais” (2008, p. 286) ocupando o posto até o retorno de Dom João à Europa.

O sucesso de José Maurício Nunes Garcia não foi suficiente para mantê-lo sozinho à frente da Capela Real e a partir de 1811 passou a dividir o cargo com Marcos Antônio da Fonseca Portugal. Esse último chegou ao Brasil após experiência na Capela Real e no teatro de São Carlos em Lisboa, sendo bastante conhecido por lá. A chegada de Marcos Antônio da Fonseca Portugal demonstra outra faceta do interesse musical dessa Corte que eram as óperas italianas, à medida em que o compositor morou um período em Nápoles e tinha “[...] absorvido assim o estilo desse universo, a que permaneceu fiel o resto de sua vida” (LEME e NEVES, p. 324). Ele ganhou projeção internacional justamente por suas óperas. O compositor e intérprete permaneceu no cargo, e no Brasil, mesmo após a volta de Dom João para Portugal.

O comércio de instrumentos musicais também se expandiu e se fortaleceu durante esse período, o que pode ser percebido pelos anúncios presentes na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Segundo Mayra Pereira “A quantidade de anúncios foi aumentando lentamente, assim como a variedade dos instrumentos e demais artigos musicais ofertados” (2012, p. 1262). O primeiro anúncio encontrado sobre essa temática na *Gazeta do Rio de Janeiro* é do ano de 1809:

Vende-se um piano forte muito bom, quem o quiser comprar, fale na rua Direita nas loges [sic] das casas N° 15” (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 65, 26 de abril de 1809).

Foi mais uma área em que os produtos ingleses se destacaram, já que nos anos iniciais os anúncios sobre esses instrumentos apontaram que eles eram oriundos da Inglaterra. Somente com a derrota de Napoleão e a reabertura do comércio com a França, os itens musicais franceses passaram a ser promovidos abertamente na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quinta feira 4 de setembro se há de vender em leilão público Guilherme Lennox em casa de May Lakin [sic] n.º 49 rua do Ouvidor, às 10 horas da manhã de um grande sortimento de trastes franceses muito ricos e de último gosto, - camas, sofás, cômodas, cadeiras, espelhos, pianos, mesas de costura para senhoras, vidros lapidados, secretarias, e outros diversos trastes (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 69, 27 de agosto de 1817).

Humberto Amorim aponta a existência de três modalidades de comércio musical nas primeiras décadas desse período oitocentista: anúncios particulares, leilões e rifas (2017). Tratando-se dos leilões temos uma quantidade razoável de anúncios que promoviam a venda de pianos e órgãos, sendo importante destacar que alguns anúncios particulares promoviam a oferta de outros artigos musicais (harpas, violas, etc.).

Há de se fazer leilão em casa de J.J. Dodsworth, n.º 14 rua da Alfândega, no dia sexta feira 7, do corrente mês às duas horas da tarde de uma grande coleção de livros em diferentes línguas, de pianos fortes, e de trastes de casa (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 27, 5 de abril de 1815).

Se compararmos o primeiro anúncio de 1809 e também esse de 1815 podemos notar algumas mudanças. O primeiro anúncio continha pouquíssimas informações apontando somente o item e o local em que os possíveis interessados poderiam realizar a transação, já o anúncio de 1815 promoveu uma abundância de informações incluindo o nome do vendedor, a data, o horário e o local. É possível perceber que há uma diferença fundamental entre um anúncio particular e um anúncio de leilão, visto que o primeiro é capaz de garantir o anonimato e o segundo requer maiores informações

2.4 Um olhar sobre os leilões de escravizados.

A mentalidade do período propagava a ideia de que negros e negras escravizados eram propriedades. Primeiro, propriedades daqueles que realizavam a captura e o transporte do continente africano para o Brasil; depois, eram posse daqueles e daquelas que os compravam já no Rio de Janeiro. Os leilões foram um meio pelo qual o comércio escravocrata se desenvolveu. Nesse contexto, temos os leilões públicos de negros e negras que ocorriam quase que imediatamente à sua chegada no Rio de Janeiro e também os leilões feitos a posteriori que colocavam os escravizados para serem vendidos juntamente com os itens citados nos tópicos anteriores.

Mary Karasch em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* (1972) destaca o processo desde os desembarques nos navios até os leilões. Os importadores os levavam até a região alfandegária, pagavam os impostos às autoridades e já procuravam vendê-los na região da rua Direita. A autora pontua que “Se houvesse compradores suficientes, eram imediatamente leiloados perto da alfândega [...] os que não fossem

vendidos naquele dia eram então conduzidos para casa a fim de restaurarem a saúde e serem preparados para a venda" (KARASCH, 1972, p. 73). Esses leilões que aconteciam imediatamente ao desembarque não eram necessariamente divulgados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que não impediu que as páginas do periódico fossem recheadas de anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados.

Os anúncios de leilões de escravizados em periódicos como a *Gazeta*, de acordo com Karasch, eram voltados para a venda de ladinos ou novos. Um ladino era um negro ou negra que já vivia no Brasil e tinha algum domínio do português, ou seja, eram considerados já adaptados naquele contexto. Ainda segundo a autora as casas de leilões "[...] vendiam escravos e outros bens para quem estivesse disposto a pagar as taxas" (KARASCH, 1972, p. 88). Portanto, o público que buscava esse tipo de transição era diversificado. Assim, temos anúncios como esse:

Marcos Archer, Porteiro dos Leilões do Comércio desta praça avisa aos senhores negociantes que ele se mudou para a rua das Violas nº74 no largo de João Baptista; o dito aceita para vender em leilão na porta da Alfândega escravos, embarcações, casas térreas, móveis [...] com 2 por 100 de comissão de venda (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, n.º 14, 15 de fevereiro de 1817).

A pesquisa identificou que essa modalidade de leilão de ladinos dificilmente promovia unicamente a venda de escravizados. Por motivos como falência ou mudança de imóvel, os envolvidos realizavam leilões de escravizados com diversos itens do lar. Esse movimento produziu um anúncio interessante de escravizados que falavam inglês:

Terça-feira 20 do corrente Guilherme Smith vende em lotes separados, e em leilão público, todas as benfeitorias de sua casa, sita no largo detrás da Sé, assim como trastes de casa, seges, carroças, carrinhos, ferro, ferragem de cavalos, cravos, ferramenta e cavalos, bestas, e tudo o mais que lhe pertence, e igualmente diferentes escravos com ofícios, que todos falam inglês, assim como ferrador, carpinteiro, boleiro, etc (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, n.º 56, 14 de julho de 1819).

Algumas pessoas que transitavam pela região tinham horror em presenciar as cenas de miséria e nudez, proporcionadas pelo comércio de escravizados, além de temerem a proliferação de doenças. Muitos relatos de estrangeiros pontuavam que a primeira visão que tinham ao desembarcar no Rio de Janeiro, fora as paisagens, era justamente a da comercialização de negros e negras. O então Marquês de Lavradio e vice-rei do Brasil Dom Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas destacou que

Havia nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcarem no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua (LAVRADIO apud PEREIRA, 2007, p.76).

Logo, em 1774, o Marquês de Lavradio determinou que esse comércio fosse transferido da rua Direita, no centro da cidade, para uma região mais afastadas

Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato, e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizadas para alojá-los (LAVRADIO apud PEREIRA, 2007, p.76).

O Valongo então passou a ser o espaço central de compra e venda de negros e negras. Recém-chegados de diferentes idades eram alojados em barracões ou nos térreos das casas dos comerciantes. Lá, deveriam ser “bem alimentados” e “tratados” para que se recuperassem da longeva e precária viagem a que foram submetidos, no entanto esse tratamento variava de período para período, pois “[...] os abusos mais terríveis ocorriam nos períodos de importação pesada” (KARASCH, 1972, p. 76). Em seu tempo no Valongo, estavam submetidos ao calor extremo, doenças e outras violências até serem vendidos:

No Armazém do Valongo n.º 23 do lado esquerdo, se faz leilão de quarenta e oito escravos, dezoito cadeiras, uma cama, uma cômoda, duas mesas, e várias miudezas dos bens apreendidos de José Ferreira dos Santos, no dia 15 do corrente às nove horas da manhã (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, n.º 48, 13 de junho de 1812).

A partir do anúncio do leilão promovido por Marcos Archer em 1817 e dessa publicação sobre o leilão dos bens de José Ferreira dos Santos, pode-se perceber que Alfândega e Valongo, mesmo após o decreto do Marquês de Lavradio, foram locais de comércio simultâneos.

2.5 Uma análise de números.

Para arrematar os argumentos deste capítulo, segue-se uma tabela em que são apresentados os dados numéricos sobre a quantidade de anúncios de leilões identificados durante o período joanino e suas origens.

Tabela - Quantitativo de anúncios de leilões identificados.

ANO	Quantidade de Anúncios referentes a leilões de produtos	Produtos ingleses e de suas colônias	Produtos franceses	Produtos portugueses e de suas colônias	Outros locais	Sem identificação
1808	13	8	-----	-----	-----	5
1809	7	4	1	-----	-----	2
1810	7	3	-----	1	-----	3
1811	6	1	-----	1	-----	4
1812	7	5	-----	-----	-----	2
1813	5	2	-----	-----	2	1
1814	4	1	2	2	-----	1
1815	10	2	3	-----	-----	5
1816	5	1	2	-----	-----	2
1817 ¹⁸	16	5	8	3	1	3
1818 ¹⁹	10	2	3	1	4	4
1819	7	-----	-----	-----	-----	7
1820	9	-----	2	-----	-----	7
1821	4	-----	1	-----	-----	3
1822	6	-----	-----	-----	-----	6

FONTE: *Gazeta do Rio de Janeiro*. 1808 – 1821. Biblioteca Nacional.

Em 1808 a prática ainda era uma novidade, no entanto isso não impediu desse ser o segundo ano com maior quantidade de anúncios de leilões encontrados o que pode indicar que as pessoas se entusiasmaram com a ideia, além disso muitos dos anúncios deste ano destacam que os produtos estão avariados, ou seja, os leilões devem ter funcionado como um meio mais prático de escoamento para esses itens. Ainda sobre 1808, dos 13 anúncios encontrados, 8 fazem menção a Inglaterra ou as suas colônias como origem, o que demonstra o sucesso da Abertura dos Portos às Nações Amigas e o Tratado de Navegação e Comércio.

¹⁸ 2 anúncios iguais de 1817 promovem a venda de livros de diferentes países, por isso a contagem de produtos divididos entre os países excede a quantidade de anúncios.

¹⁹ No ano de 1818, a contagem de produtos divididos pelos países excede a quantidade de anúncios, porque 2 desses anúncios promovem itens de diferentes países (China, França, Índia e Inglaterra).

Devido ao período napoleônico, Portugal e suas colônias não estavam realizando comércio com a França, o que explica a ausência desse comércio nos anos iniciais. No ano de 1814, existem 2 anúncios promovendo produtos capturados de um mesmo navio francês, logo eram produtos de contrabando. Na descrição do primeiro anúncio existe o apontamento de um tecido inglês, enquanto os outros não foram identificados. Já no segundo anúncio, outros itens tem sua origem identificada como um aguardente da França, ou seja, mesmo com a proibição, produtos franceses tentaram ser vendidos no Rio de Janeiro. Após a derrota de Napoleão, é possível perceber que entre os anos de 1815 e 1821 os anúncios de produtos franceses superaram os de produtos ingleses.

Em 1817, identificamos uma quantidade de anúncios de leilões bastante acima da média em decorrência de ser um ano em que muitos anúncios se repetiram pelo menos duas vezes, tal fator alavancou os números deste ano. Entre 1819 e 1822, é digno de destaque que as identificações das origens desses produtos cai exponencialmente, o que faz sentido à medida em que muitos desses anúncios ofertavam objetos de casas ou imóveis que já deveriam estar no Brasil ou terem sido produzidos no Brasil há muito tempo, e os imóveis obviamente são desta terra.

O último anúncio de leilão encontrado na *Gazeta* é datado de 24 de agosto de 1822 e o primeiro identificado no *Diário do Rio de Janeiro* é de 4 de junho de 1821, ou seja, entre 1821 e 1822, a *Gazeta* passou a ter como concorrente na veiculação desses anúncios esse outro periódico, fato esse destacado por um anúncio de janeiro de 1822 “[...] se faz leilão público da casa de residência de Francisco Antonio Dimichelis [...] já anunciado na *Gazeta* e *Diário* [...]” (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 12, 26 de janeiro de 1822). Essa concorrência pode explicar a diminuição dessas publicações até o encerramento completo do primeiro periódico, em 31 de dezembro de 1822.

Ainda que com poucos anúncios, o ano de 1822 apresenta indícios valiosos de que existiam produtos vendidos nesses leilões que foram barateados

Leilão que se faz na porta da Alfândega no dia sexta feira 2 do corrente de uma porção de trastes muito modernos, a saber, bancas, cadeiras, sofás, e mais móveis para ornamentos de salas, tudo por preço muito cômodo, principia às 11 horas (*GAZETA DO RIO DE JANEIRO*, n.º 92, 1 de agosto de 1822).

Além desse, outro anúncio do mesmo ano também aponta que os itens seriam vendidos por “preço muito cômodo”, ainda que as fontes apontem que nem todos os leilões vendiam os objetos mais baratos do que em outras transações comerciais, existem anúncios que deixam bastante explícito que seriam oportunidades para que os compradores obtivessem itens com preços mais baixos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática dos anúncios de leilões presentes na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1821 permite aos pesquisadores uma ampla gama de análises nos mais variados eixos: cultura, política, sociedade e outros. Podemos concluir que essa prática de leilões que, até então, recebeu pouca atenção da historiografia, é capaz de proporcionar um panorama, ao menos parcial, do que era desejado por parte dos habitantes do Rio de Janeiro naquela época, a partir da diversidade de itens que foram anunciados nesses leilões. Além disso, foram apresentados e discutidos indícios que sustentam a hipótese desses leilões terem barateado alguns desses objetos, logo a atividade funcionou então como uma via para aumentar a circulação de materiais, tecidos e afins, o que era muito necessário no Rio de Janeiro daquela época. Os leilões constituíam uma atividade comercial e econômica importante para a sociedade naquele período, apontamos isso pela via discursiva, através da exemplificação de muitos anúncios, e pela via quantitativa a partir de uma tabela com a contagem de publicações identificadas há cada ano do recorte temporal.

4. FONTES

IMPRESSAS

Periódicos

Diário do Rio de Janeiro (1821 - 1858)

Gazeta do Rio de Janeiro (1808 - 1821)

PINTURAS

DEBRET, Jean-Baptiste. Uma Senhora Brasileira em seu Lar (1823)

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil (1835).

5.. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro joanino. **Revista Floema** - Ano III, n. 5 A, p. 7-30, out. 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1755>. Acesso em: 5 mai. 2025.

AMORIM, H. Três modalidades de comércio musical nas primeiras décadas do Brasil Oitocentista (1808-1821): anúncios particulares, leilões e rifas. **Revista Vórtex**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–22, 2017. DOI: 10.33871/23179937.2017.5.1.1860. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/vortex/article/view/1860>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ANDRADE, Ayres de. Francisco Manuel da Silva e seu tempo: 1808-1865. Uma Fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz dos documentos. Vol.1. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1967.

CALAZANS FALCON, F. J. As reformas Pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 05–42, 1992. DOI: 10.15448/1980-864X.1992.2.29223. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/29223>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CRUVINEL, F. M. *O habitus cortesão bragantino nos trópicos: a formação musical como estratégia de reprodução do poder monárquico no Rio de Janeiro oitocentista*. 2018. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CUNHA, LUIZ ANTÔNIO. *A Universidade Temporânea: O Ensino Superior, Da Colônia à Era Vargas*. SciELO – Editora UNESP, 2007.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2015.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LARANGEIRA, Álvaro N. Arqueobiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: nas pegadas do frei Tibúrcio. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 765–781, 2011.

DOI: 10.15448/1980-3729.2011.3.10381. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10381>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LOPES, G. A.; MENZ, M. M. Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 80, p. 109–134, jan. 2019. Acesso em: 10 mai. 2025.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**. Rio de Janeiro, 8: 41-65, 1999. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

NEVES e NEVES, Guilherme Pereira das e Lucia Maria Bastos Pereira das. In: VAINFAS e NEVES, Lucia Maria Bastos Pereiradas e Ronaldo. Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821. Editora Objetiva, 2008.

PEREIRA, Mayra. *O COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICais NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: UM OLHAR ATRAVÉS DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS. ANAIS DO II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS GRADUANDOS EM MÚSICA,* 2012. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/2553/1882>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PEREIRA, J.C.M.S. *À Flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond: IPHAN, 2007.

SIMILI, I. G.; BARBEIRO, P. Flores, cores e formas: o Brasil estampado de chita. **Visualidades**, Goiânia, v. 14, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/vis.v14i2.39636. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/39636>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, n. 31, p. 169 - 189, 2008.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império*: volume IV. Brasília: Senado Federal, 2015.